



REQUERIMENTO Nº DE 2008
(Do Sr. Zequinha Marinho)

Requer que sejam convidados o Dr. Henrique Meirelles – Presidente do Banco Central, o Diretor de Normas do Banco Central, Alexandre Tombini, o presidente da Central de Cooperativas, Valdecir Manoel Afonso Pallares, o representante da Associação Comercial de Belém (PA), Altair Correia Vieira, o Sr. José Salvino Menezes, chefe do Sicoob, o presidente da Confebras, Sr. Manoel Messias da Silva, para tratar sobre as conseqüências provocadas pela desativação da gerência administrativa regional do Bacen em Belém (PA) no que diz respeito à criação de novas cooperativas de crédito na região Amazônica em audiência pública a ser realizada pela Comissão da Amazônia, Integração Nacional, e de Desenvolvimento Regional.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requero a V. Exa., que, com a maior brevidade possível, sejam convidados o Dr. Henrique Meirelles – Presidente do Banco Central (Bacen), o Diretor de Normas do Banco Central Alexandre Tombini, o presidente da Central de Cooperativas, Valdecir Manoel Afonso Pallares, um representante da Associação Comercial de Belém (PA), o Sr. José Salvino Menezes, chefe do Sicoob, o presidente da Confebras, Sr. Manoel Messias da Silva, para tratar das conseqüências provocadas pela desativação da gerência administrativa regional do Bacen em Belém (PA) no que diz respeito à

criação de novas cooperativas de crédito na região Amazônica em caráter de urgência junto a esta Comissão.

JUSTIFICATIVA

O setor cooperativista de crédito na região Amazônica tem passado por um sério retrocesso nos últimos anos. Com a desativação da gerência administrativa do Banco Central que existia em Belém (PA) e que tinha como objetivo atender às necessidades da Região Amazônica, passando para Recife (PE) o referido atendimento, tornou-se impossível abrir mais cooperativas de crédito no Pará e demais estados da Amazônia, inviabilizando e colocando o setor produtivo literalmente “nas mãos” de banqueiros. Tomando como exemplo as informações divulgadas pela grande imprensa, o lucro líquido sobre o patrimônio líquido dos bancos brasileiros subiu de 18,9% em 2006 para 26,1% no ano de 2007.

Ademais, demonstra falta de planejamento, a extinção da gerência administrativa regional do Bacen da Amazônia, deixando uma grande estrutura física sem utilidade; um grande número de servidores sem aproveitamento; e acima de tudo uma enorme região (5,5 milhões de quilômetros quadrados) carente de desenvolvimento – como é o caso da Amazônia com seus nove estados e seus 25 milhões de habitantes. Parece uma ação equivocada se compararmos com a região Nordeste, onde existem duas gerências administrativas regionais do Bacen, nas cidades de Recife e Fortaleza, e na região sul

que conta com mais duas destas gerências, em Porto Alegre e Curitiba.

Neste sentido, deve-se questionar qual ou quais os critérios escolhidos para a criação e manutenção de uma gerência administrativa do Bacen, bem como a atitude de extingüir a gerência que atendia à região Amazônica que, vale salientar, era responsável pela prestação de serviço a uma macro região, conforme já explicitado, composta por nove estados.

Além disto, é fundamental questionar se a criação de uma cooperativa de crédito é tarefa impossível na Amazônia pois o atendimento deve ser feito em Recife (PE), o que é completamente equivocado ou ainda contraditório, além de geograficamente, ser fora de mão. É preciso questionar, ainda, e salientar onde se situa Recife e onde fica a região Amazônica e qual é a relação existente entre o estado de Pernambuco e a Amazônia, relação aparentemente inexistente.

É preciso esclarecer se esta é uma imposição proposital de castigo à região Amazônica, uma vez que parece **injustificável** esta alteração da gerência administrativa regional, gerando custos exorbitantes para a criação de cooperativas de crédito na gerência administrativa de Recife e demonstrando, de certa forma, falta de critérios para o estabelecimento e entendimento do que é de fato útil e que contribui para o desenvolvimento da região Amazônica.

Levando em consideração que enquanto o setor de crédito cooperado retrocede em uma região carente de investimentos e de ações empreendedoras que potencializem os recursos e incentivem as atividades produtivas nos mais diversos setores na região, e considerando o fato de que bancos privados estão lucrando quantias

elevadas com empréstimos a juros altíssimos, é imprescindível repensar as questões inerentes ao setor de crédito cooperativista.

Sala das Sessões, em de abril de 2008.

ZEQUINHA MARINHO
Deputado Federal